A dimensão da Igualdade de Género no Projecto SACAUSEF

A implementação em Portugal de um sistema de avaliação e certificação de *softwafe educativo* como aquele que se pretende com o projecto *SACAUSEF* pode vir a constituir um importante passo para a integração da dimensão de género no sistema educativo. Ao incidir sobre os conteúdos dos produtos *multimedia* e sobre a sua utilização em contexto profissional, educativo e formativo, o projecto visa estruturas, entidades e pessoas que, por diferentes vias, desde a autoria e edição de materiais, à gestão escolar e dinâmica pedagógica que se traduzem na sua aquisição e utilização, concorrem para a prática educativa integradora das tecnologias da informação e da comunicação. Esta perspectiva sistémica que subjaz ao projecto afigura se *a priori* como facilitadora da concretização do *maisntreaming* enquanto estratégia para a promoção da igualdade entre homens e mulheres na educação, configurada no quadro internacional, nomeadamente europeu[1].

A igualdade entre mulheres e homens constitui um requisito essencial do progresso e bem-estar da humanidade e do funcionamento das sociedades democráticas. Como princípio universal que deve presidir à organização das sociedades contemporâneas, a igualdade entre homens e mulheres é hoje entendida como uma dimensão transversal a todas as esferas sociais, válida para todos os grupos, classes ou etnias, independentemente de religião, crenças ou costumes, tal como tem sido sistematicamente reafirmado pelas diversas estruturas das Nações Unidas e da Comunidade Europeia[2].

A implementação em Portugal de um sistema de avaliação e certificação de softwafe educativo como aquele que se pretende com o projecto SACAUSEF pode vir a constituir um importante passo para a integração da dimensão de género no sistema educativo.

Se é certo que se operaram significativas alterações nas relações entre homens e mulheres que se têm vindo a traduzir, lentamente, em alterações nos papéis sociais desempenhados por uns e por outras, os dados sobre a realidade, resultantes da investigação científica e da pesquisa institucional, bem como da sistematização dos elementos estatísticos, demonstram que estas alterações permanecem restritas e sectoriais e que, na prática quotidiana, mulheres e homens ainda não vivem em situação de igualdade de direitos e de deveres. Ao longo dos últimos anos, tanto as Nações Unidas, como o Conselho da Europa e a União Europeia têm vindo a alertar para a existência de desigualdades estruturais que persistem entre mulheres e homens e a sublinhar a necessidade de eliminar os estereótipos de género nos quais se enraízam as relações assimétricas entre mulheres e homens que ainda sustentam a organização das sociedades actuais. Estes desequilíbrios estão presentes em todas as esferas, como seja a participação política, a tomada de decisão, o mercado de trabalho e a organização familiar, e mostram o carácter deficitário da participação das mulheres nas esferas das vida pública e da participação dos homens nas esferas da vida privada. No seu conjunto, estes aspectos estão associados à constatação do carácter estrutural da assimetria de género evidenciado pelos dados recentes sobre o uso do tempo por parte de mulheres e de homens[3].

Deste modo, a igualdade é entendida hoje como um objectivo que diz respeito a mulheres e a homens e a sua construção é uma questão global e multisectorial que tem a ver com toda a sociedade e com o modo como umas e outros se relacionam entre si em todos os contextos da vida.

[1] Conselho da Europo (1998), L'Approche intégrée de l'égalité entre les hommes et les femmes.

[2] O documento de referência sobre esta matéria é a *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres* (1979) à qual se seguiu a aprovação de um *Protocolo Opcional* (1999) com vista ao reforço dos mecanismos de promoção dos direitos das mulheres. Outros documentos de referência são A *Plataforma de Acção de Pequim* (1995), aprovada pelos Estados Membros da ONU em 1995, e as *Iniciativas e Acções Futuras* (2000). No quadro da União Europeia, o Tratado de Amesterdão e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia sublinham o princípio da igualdade entre mulheres e homens como um pilar das políticas dos países da comunidade europeia.

[3] Inquérito à Ocupação do Tempo (2000), Lisboa, INE.

Na primeira fase do projecto, que se desenvolveu em 2004, foram concebidos alguns dos instrumentos necessários à implementação do sistema. A integração da dimensão de género nos critérios de qualidade a ter em conta na avaliação de software constitui um passo decisivo para a sensibilização de autoras/es e editoras para esta temática. Torna se agora necessário garantir a operacionalização do processo de avaliação prévia à certificação de software, que permita a aplicação efectiva dos critérios de qualidade já definidos, e a concretização de formas diversificadas de apoio, que respondam aos distintos contextos de utilização deste tipo de produtos educativos. A formação em igualdade de género e educação afigura-se como uma vertente essencial, quer no processo de constituição do SACAUSEF em 2005, quer ao longo do seu futuro funcionamento. Por sua vez, o conjunto de investigadores/as, especialistas, docentes e formadores/as nacionais em Género e Educação constitui um recurso incontornável para a prossecução dos objectivos que norteiam o projecto. Importa encontrar formas de potenciar saberes, experiências e recursos, dando continuidade à dinâmica de participação dialogante e activa que tem pautado o desenvolvimento do projecto SACAUSEF. A educação é, por excelência, o espaço de incorporação do princípio da igualdade entre mulheres e homens pelas gerações mais jovens. Este projecto pode contribuir, de forma significativa, para a transversalidade daquele princípio no sistema educativo.

Comissão para a Igualdade e os Direitos da Mulher (CIDM)

Teresa Alvarez

Referências Bibliográficas

AAVV (1997), Equal presence for boys and girls in education materials, Einschede, SLO.
AAVV (1999), Coeducação: do Princípio ao Desenvolvimento de uma Prática. Actas do Seminário Internacional, Lisboa, CIDM.
AAVV (2000), Coeducar para uma sociedade inclusiva. Actas do Seminário Internacional, Lisboa, CIDM.
AAVV (2001), Reconstruir os nossos olhares. O Papel da Orientação Escolar e Profissional na Promoção da Igualdade de Oportunidades, Coimbra, DREC - Direcção Regional de Educação do Centro.
ABRANCHES, Graça, CARVALHO, Eduarda (1999), Linguagem, poder, educação: o sexo dos B, A, BAs, Lisboa, CIDM.
ALARIO TRIGUEROS, Teresa et al. (1999), Identidade e género na prática educativa, Lisboa, CIDM.
AMÂNCIO, Lígia (1994), Masculino e Feminino. A construção social da diferença, Porto, Ed. Afrontamento. ARNESEN, Anne-Lise (2003), "Relações sociais de sexo, igualdade e pedagogia na educação no contexto europeu" Ex aequo, nº 2/3, pp.125-140. Bouchard, Pierrette e SAINT-AMANT Jean Claude (1993) " Le réussite scolaire des filles et l'abandon des garçons : un enjeu à portée politique pour les femmes ", Recherches Féministes, vol.6, nº2, pp.21-37.
Conselho da Europa (1998), L'Approche intégrée de l'égalité entre les hommes et les femmes.
Conselho da Europa (2000), Actas do Seminário Europeu Un nouveau contrat social entre les femmes et les hommes : le rôle de l'éducation, Estrasburgo, Dezembro 2000.
Conselho da Europa (2001), Actas do Seminário Europeu L'égalité entre les femmes et les hommes à l'école et par l'école, Donaueschingen, Maio 2001.
EFA, Global Monotoring Report 2003/04. Gender and Education for All. The Leap to Equality, Paris, UNESCO. II Plano Nacional para a Igualdade (2004), Lisboa, CIDM, 2004.
Inquérito à Ocupação do Tempo (2000), Lisboa, INE. ONU, Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, CIDM, 2000.
ONU, Plataforma de Acção de Pequim (1995) e Iniciativas e Acções Futuras, Lisboa, CIDM, 2000.
NUNES, Teresa (2004), Género e cidadania nas imagens de História. Estudo exploratório de manuais escolares de 12º ano e de software educativo, dissertação de mestrado em Comunicação Educacional Multimédia, U. Aberta.
PERISTA, Heloisa (2002), "Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens", Análise Social, vol. XXXVII, nº 163, pp.447-474.
PINTO, Teresa, (1999) "A avaliação dos manuais escolares numa perspectiva de género" in CASTRO, Rui Vieira de, et al., (org.), Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História, Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares, Universidade do Minho, Braga, pp. 387-398; PINTO, Teresa, coord, (2001), A profissão docente e os desafios da Coeducação. Perspectivas teóricas para práticas inovadoras, Lisboa, CIDM.
PINTO, Teresa, HENRIQUES, Fernanda (1999), Coeducação e Igualdade de Oportunidades, Lisboa, CIDM.
PINTO, Teresa, HENRIQUES, Fernanda (2000), "Educação e Género. Dos anos 70 ao final do século XX: subsídios para a compreensão da situação", Ex aequo, nº 6, pp.11-54.
SILVA Ana da, et al. (1999), A Narrativa na promoção da igualdade de género. Contributos para a educação pré-escolar, Lisboa, CIDM.

Enquadramento e perspectivas do SACAUSEF

No entrecruzar de esperanças, incógnitas e projectos em que, hoje, se movimenta a União Europeia a consigna "Lisboa" é indissociável dos propósitos de desenvolvimento e de coesão. Ao constatar que a União se encontrava perante *"uma enorme mudança resultante da globalização e dos desafios de uma nova economia baseada no conhecimento"*, o Conselho de Lisboa, realizado em Março de 2000; definiu como objectivo estratégico que aquela se deveria *"tornar na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social"*. Salientou que tais alterações requeriam não só *"uma transformação radical da economia europeia"*, como também *"um programa estimulante para (...) modernizar os sistemas de protecção social e de ensino"*. Pela primeira vez, a União assumia, de forma inequívoca, que as condições para o desenvolvimento se associam estreitamente à promoção do saber e que a educação e a formação constituem elementos chaves para o progresso económico e o bem estar social. Consequentemente a estratégia de Lisboa acentua um nexo indissociável entre a promoção da sociedade do conhecimento e a inovação dos sistemas educativos. Trata-se de valorizar, por um lado, a aquisição, pela generalidade dos cidadãos nomeadamente os mais jovens, de competências essenciais para a utilização das novas tecnologias mas também, simultaneamente, de mobilizar decididamente o contributo dessas tecnologias da informação e comunicação para a renovação e qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Acentuam a urgência de apostar decisivamente na inovação, na avaliação e na formação como elementos estruturantes de uma intervenção tecnológica (...)

Múltiplos programas e orientações da União relevam a importância conferida às TIC na resposta aos desafios que hoje se colocam aos sistemas de educação / formação. Os objectivos traçados e os projectos empreendidos enfatizam a necessidade de abordagens pedagógicas criativas e de metas ambiciosas em relação à qualidade e à acessibilidade na utilização das TIC. Acentuam a urgência de apostar decisivamente na inovação, na avaliação e na formação como elementos estruturantes de uma intervenção tecnológica que contribua para fazer da informação um factor de desenvolvimento, de mobilidade e de coesão a par de se afirmarem como um elemento de mudança das práticas educativas e formativas.

Neste quadro, a criação de novos ambientes de aprendizagem e o acesso eficaz às fontes virtuais de saber exigem uma particular atenção à produção e utilização de conteúdos e instrumentos multimédia. A elaboração e utilização de novos produtos, nomeadamente em suporte informático, encontra-se hoje no centro da problemática do incremento da utilização das TIC nos processos de ensino e de formação. Estimular o mercado e as entidades públicas na criação de novos materiais que viabilizem e enriqueçam a utilização formativa das TIC é um desiderato nuclear nas estratégias europeias perspectivadas até 2010.

Simultaneamente, a União Europeia tem alertado para a necessidade de dedicar especial atenção à divulgação, avaliação, e apoio à utilização de *software* vocacionado para a educação / formação. O crescimento quantitativo de materiais pedagógicos em suporte informático aconselha uma acrescida atenção às condições da sua utilização e à qualidade técnica e educacional que lhes subjaz, não apenas por precaução face aos avultados investimentos financeiros que se verificam neste domínio mas, sobretudo, porque a melhoria das aprendizagens correlaciona-se significativamente com as características e os níveis de qualidade dos recursos educativos utilizados.

As iniciativas já existentes e os projectos empreendidos, em alguns países, corporizam passos interessantes na área da avaliação e da promoção da qualidade do *software educativo*.

Em Portugal o desafio da modernidade não é, nem poderá ser, alheio a estas realidades. Todavia, a situação actual neste domínio é marcada pela existência de um atraso, que começa a ser evidente, face ao que se passa internacionalmente e face ao que, obviamente, constitui uma necessidade portuguesa e do espaço lusófono em geral.

Apesar do limitado número de estudos sobre a utilização pedagógica das TIC conhecem-se alguns dados que, a par de evidenciarem a reduzida utilização das TIC nos processos de educação e de formação, indiciam alguns outros aspectos da realidade que merecem ser relevados. A reduzida utilização das TIC no ensino e na formação tem, provavelmente, algum fundamento em insuficiências de "*hardware*" disponível e nas condições para a sua utilização mas outras causas parecem relevar neste domínio. De facto, apesar do investimento nacional e comunitário realizado nos últimos anos, que tem permitido uma evolução no volume e na qualidade do equipamento utilizado na educação/formação, a generalização do uso das TIC nas escolas é ainda um objectivo por realizar.

Sobretudo, algum progresso verificado na aquisição de equipamentos não parece ter os reflexos que seriam expectáveis nas dinâmicas de ensino e de formação prevalecendo evidentes dificuldades na integração das TIC nas estratégias de aprendizagem.

Para tal contribuem diversos elementos de que importa destacar as insuficiências na formação dos professores e a ausência de orientações e apoios para o uso das TIC. A formação dos docentes para o uso pedagógico das TIC apresenta debilidades de diversa natureza cujo único traço que importa, aqui, destacar é o da quase inexistência de redes de partilha de experiências e de saberes bem como de "comunidades de aprendizagem" com potencialidades isomórficas para a acção que se prospectiva como necessária por parte dos professores nas salas de aula. Dir-se-ia que, mais do que preparação teórico-prática dos docentes para a utilização das TIC importa assegurar a formação e o apoio, preferencialmente cooperativo, durante o uso pedagógico das mesmas assumindo-se as consequências, há muito conhecidas, da diferença que existe entre "formar" e "formar-se" o que parece ser ainda mais relevante quando se trata de utilizar as TIC.

Mas, para além desta limitação, começa a ser evidente a carência de informação e de meios de suporte que auxiliem os educadores (profissionais ou familiares) a integrarem, de forma consistente, as tecnologias de informação em processos orientados de aprendizagem.

(...) os formadores confrontam-se com uma panóplia crescente de produtos multimédia cujas características e potencialidades pedagógicas desconhecem e não têm, objectivamente, possibilidades de conhecer.

É verdade que têm surgido no mercado produtos informáticos destinados à utilização em situações de educação e de formação. Contudo, esse facto não constitui, por si só, factor de estímulo a uma maior e mais correcta utilização das TIC antes podendo, até, ser um elemento de perturbação e de desmotivação. Efectivamente a existência de um cada vez mais vasto leque de *software* para a educação, a par da natural vantagem de alargar o leque de instrumentos formativos disponíveis, comporta acrescidas necessidades de informação, de selecção, de orientação e de (auto)formação para a sua utilização.

Todavia, não há, no país, uma prática regular de análise do *software* com a consequente disponibilização de informação detalhada sobre as suas características e possibilidades de utilização. Como consequência, os formadores confrontam-se com uma panóplia crescente de produtos multimédia cujas características e potencialidades pedagógicas desconhecem e não têm, objectivamente, possibilidades de conhecer. Na área da Educação / Formação é natural que, tal situação, contribua significativamente para dificultar a expansão do uso pedagógico das TIC, para prejudicar a realização dos investimentos mais adequados, para dificultar estratégias de inovação, e mesmo para atrasar a dinamização do mercado, em português, neste domínio.

O estímulo à qualificação destes materiais pedagógicos fica, obviamente, afectado pela ausência dessas práticas de avaliação. A incapacidade de destrinçar publicamente as características e as mais-valias dos diversos produtos contribui para que os utilizadores apostem, por vezes, em materiais que revelam ter muito reduzido interesse pedagógico, para que produtos com mais qualidade continuem pouco conhecidos e para que, tal situação, desmotive quer os estabelecimentos de ensino quer as empresas produtoras de *software* em língua portuguesa.

Muito do investimento, financeiro e humano, que tem sido feito no incremento das TIC, designadamente com recurso aos apoios europeus disponíveis, perderá parte da sua eficácia se não houver uma política consistente de difusão e qualificação do *software* disponível, em português, para utilização na Educação/Formação.

Esta perspectiva de uma avaliação que seja simultaneamente orientadora, promotora da qualidade, incentivadora da língua portuguesa no mercado informático, vigilante em relação à acessibilidade destes materiais, atenta aos princípios da coeducação e fomentadora da integração pedagógica das TIC constitui, assim, uma necessidade sentida.

Poder-se-ia, eventualmente, invocar a similitude da situação dos manuais escolares para procurar esbater a preocupação quanto ao panorama no âmbito do *software educativo*. Mas mais precavido será raciocinar-se inversamente por forma a evitar que, a curto prazo, a situação no plano do uso educacional das tecnologias da informação atinja a gravidade que, generalizadamente, se reconhece no quadro da edição, em papel, de recursos didácticos. Importa, também, registar que os instrumentos de avaliação de *software* pedagógico habitualmente disponíveis em Portugal já estão, em geral, desajustados face à realidade actual das TIC e à compreensão que presentemente prevalece na área científica da avaliação. Os critérios utilizados, os produtos sobre que incidem e as metodologias que utilizam não correspondem às evoluções verificados nos últimos anos apesar dos projectos inovadores e dos trabalhos experimentais que algumas instituições e investigadores têm desenvolvido.

Neste contexto releva a necessidade de uma resposta sistémica a este importante domínio da avaliação e certificação das TIC na Educação e na Formação. Importa que todos os potenciais utilizadores das TIC para fins educativos, nomeadamente professores, formadores, pais e formandos, assim como quantos têm responsabilidades nos investimentos em TIC para a Educação/Formação (Programas no âmbito do QCA III, Administração Central e Regional, Autarquias, Instituições de Educação e de Formação, Famílias, etc.) possam dispor de uma informação actualizada e analítica sobre a diversidade de materiais existentes no mercado. Tanto quanto "distinguir o trigo do joio" há que conhecer as potencialidades e limitações específicas de cada produto, compreender as condições da sua utilização, valorizar as mais valias pedagógicas do uso de diferentes produtos e promover as inovações de maior relevância. Acresce, também, a necessidade de que esta área de produção de materiais pedagógicos, já significativa e em acelerada expansão, integre efectivas perspectivas de igualdade de género e de oportunidade entre mulheres e homens e que respeite os princípios de acessibilidade para todos nomeadamente para os portadores de limitações ou de deficiências.

Esta perspectiva de uma avaliação que seja simultaneamente orientadora, promotora da qualidade, incentivadora da língua portuguesa no mercado informático, vigilante em relação à acessibilidade destes materiais, atenta aos princípios da coeducação e fomentadora da integração pedagógica das TIC constitui, assim, uma necessidade sentida.

Na Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação, uma equipa de técnicos ficou especialmente atenta a esta problemática quando, como consequência do regulamento de um concurso de financiamento para aquisição de *software* para as escolas do 1º ciclo do Ensino Básico promovido pelo PRODEP III, foi necessário elaborar uma lista de produtos recomendados. Apesar do vazio que, então, existia nesta matéria foi possível responder àquela necessidade imediata dado que o trabalho de avaliação de algum *software educativo* pôde, então, contar com a colaboração de alguns especialistas que haviam participado no projecto Europeu PADECTIICE (Educational Multimedia in Compulsory School: from Pedagogical Assessment to Product Assessment) que a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa integrou.

Esse processo evidenciou a realidade existente nesta área resultando, desde logo, claro que, a par da premência de uma resposta a esta área do uso pedagógico das TIC, importaria delinear um percurso de avaliação consistente que respondesse adequadamente a algumas questões.

Salvaguardar a efectiva independência na avaliação e na disponibilização de informação acerca do software pedagógico constitui um elemento essencial para a regulação e estimulo à qualidade destes produtos.

O mercado não é, por si só, regulador nomeadamente no âmbito do *software* para a educação e a formação. A capacidade de afirmação e de sobrevivência dos materiais produzidos não depende tanto da sua qualidade como das condições de divulgação e de comercialização que lhes são propiciadas, ou seja, em última instância, da "força" das empresas que os editam. Há, condições de grande desigualdade, na produção e na promoção de *software educativo* o que, num mercado emergente e ainda frágil, limita extraordinariamente as possibilidades de sucesso de novos produtos sobretudo quando realizados por entidades com reduzida presença comercial.

O panorama geral, quanto ao software existente, parece ser muito heterogéneo. A par de produtos de bastante qualidade proliferam outros de reduzido interesse, ou mesmo inadequados, que induzem os potenciais utilizadores em erros de apreciação porquanto a publicidade que lhes é feita pouco corresponde à verdade desse *software*.

Face ao crescente interesse financeiro deste mercado, tendem a emergir situações de influência sobre a informação que é disponibilizada acerca das TIC na educação/formação. Como corolário dos seus legítimos interesses comerciais algumas entidades empreendem fortes iniciativas de presença na *Internet* e junto das escolas, capazes de captar o interesse de vastos públicos na área da educação/formação e promotoras de dinâmicas que, sendo muita vezes interessantes, têm como objectivo essencial a promoção dos respectivos produtos.

Todavia, em muitos casos, tais iniciativas acobertam-se numa aparente "independência" de actuação e análise que pode conduzir a equívocos do público face aos interesses que lhes subjazem. Mais, há uma natural tendência para que a indústria produtora de *software* exerça alguma influência junto de outras entidades externas que possam disponibilizar informação sobre o *software educativo* ou que, eventualmente, realizem processos para a sua avaliação. Tais procedimentos são, naturalmente, mais significativos quando empreendidos por empresas de maior "poder" o que, não parecendo ser ainda um fenómeno relevante, não deixa de ser um factor a considerar no equacionar desta problemática.

Salvaguardar a efectiva independência na avaliação e na disponibilização de informação acerca do *software* pedagógico constitui um elemento essencial para a regulação e estimulo à qualidade destes produtos. É do interesse de todos os intervenientes nesta área, designadamente dos que nela investem avultados recursos humanos e financeiros, que assim seja.

Tal não se consegue por decisão administrativa, antes resulta de um conjunto de actuações transparentes necessariamente interligadas e permanentes. Sobretudo induz-se pela conjugação de intervenções diversas, na base da maior objectividade de procedimentos e de uma forte consistência no domínio técnico-científico.

Neste processo, o objectivo de certificação de *software educativo*, sendo aquele que maior visibilidade imediata adquire, não deve sobrepor-se a outros vectores de actuação neste âmbito designadamente à avaliação compreensiva e ao incentivo do uso adequado dos produtos existentes. É certo haver alguma tendência para atribuir o maior relevo aos processos de descrição e valoração de cada *software* numa perspectiva de certificação centrada nos produtos. Mas o que parece mais interessante, do ponto de vista do estimulo à crescente e adequada utilização pedagógica das TIC, é compatibilizar tais processos com outro tipo de análise, necessariamente mais complexa e contextualizada.

Monitorizar a evolução do *software educativo* e promover a sua qualificação sustentada requer, mais do que processos de selecção ou graduação, a capacidade de centrar a avaliação desses produtos na utilização pedagógica que deles é feita e promover redes de utilizadores orientadas para a partilha de experiências e para a avaliação resultante da intersubjectividade de múltiplas apreciações.

É um processo de regulação que se espera tenha impacto e efectivas consequências na promoção dos bons produtos, no assinalar de deficiências, no desenvolvimento de referentes de qualidade e no estímulo à exigência por parte dos utilizadores. Mas, numa área em tão rápida evolução, onde as inovações são constantes e a complexidade das abordagens técnicas é cada vez maior, há que cuidar para que a regulação exercida não redunde no ancilosamento de processos, num factor limitativo da criatividade, na dificultação do mercado ou no descrédito da própria avaliação.

Tais desideratos de rigor, independência, exigência, rapidez e flexibilidade na regulação do mercado de software educativo constituem um desafio a que o Estado e a sua Administração Pública não se devem furtar.

Importa que a regulação tenha a capacidade de associar a efectividade da sua influência com uma assumida flexibilidade e contenção na acção realizada. Certificar e avaliar não deve significar "controlar" nem pode cercear iniciativas, antes, pelo contrário, tem que orientar-se para a dinamização, para o aconselhamento e para a elevação dos padrões de referência comummente aceites.

Tais desideratos de rigor, independência, exigência, rapidez e flexibilidade na regulação do mercado de *software educativo* constituem um desafio a que o Estado e a sua Administração Pública não se devem furtar. A missão que lhes foi socialmente atribuída para pugnar pela qualidade e sucesso das aprendizagens nos sistemas de educação e de formação comporta também uma responsabilidade face aos materiais pedagógicos que aí são utilizados nomeadamente os que se materializam em suporte informático.

É certo que essa responsabilidade social pode ser exercida de diversas formas algumas das quais não comportam uma actuação directa da Administração Pública. Sem preconceitos e sem cedências facilitistas aos diversos interesses existentes há que equacionar estratégias que pareçam ser as mais consentâneas com o pretendido e garantir suficiente capacidade de auto e hetero avaliação por forma a que, em devido tempo, possam ser ajustados procedimentos, inflectidas ou mantidas orientações ou mesmo substituídos modelos sistémicos.

Não parece que deva haver, nesta matéria, certezas feitas nem o condicionamento face a concepções apriorísticas inclusive as prevalecentes que tendem a esvaziar o papel da Administração Pública e a atribuição das funções de serviço público a entidade contratadas externamente. Importa, isso sim, face a um problema detectado gizar respostas dinâmicas susceptíveis de propiciar uma sólida base de trabalho para um processo necessariamente complexo, com escolhos múltiplos e com um impacto de médio prazo.

Foi com essa perspectiva que, na Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), foi elaborado um projecto que mereceu o apoio financeiro do Programa Operacional de Assistência Técnica do eixo Fundo Social Europeu - QCA III.

Estabeleceu-se, assim, uma parceria da DGIDC com o Instituto para a Qualidade da Formação (IQF) e com a Comissão para a Igualdade e os Direitos da Mulher (CIDM) tendo em vista coordenar e desenvolver este projecto. Mediante consulta pública a diversas instituições de Ensino Superior foi seleccionada a Universidade de Évora para colaborar no incremento do mesmo tendo esta constituído uma equipa de reconhecido valor científico que tem tido uma valiosa participação na concepção e operacionalização do modelo do SACAUSEF.

Dar corpo ao sistema perspectivado tem constituído uma tarefa que, naturalmente, pressupõe a superação de diversos constrangimentos. Não se tratando de uma medida emergente de uma prévia decisão política e

constituindo-se como uma iniciativa inovadora, a ponderação rigorosa de cada passo exige acrescida responsabilidade que não se compadece com voluntarismos e reclama adequada sustentação científica, técnica e administrativa. A clarificação do modelo de funcionamento do SACAUSEF e a formação dos supervisores e avaliadores que terão um papel essencial neste sistema mereceu cuidada atenção durante o período que ora termina. A realização de um Seminário sobre "utilização e avaliação de *software educativo*", em 21 de Dezembro, representou um momento significativo de reflexão e de precisão de objectivos e estratégias para a realização da missão pretendida.

A primeira fase de incremento do SACAUSEF está a terminar. A este "período experimental" seguir-se-á o início das actividades de certificação e avaliação e serão dados os primeiros passos para estabelecer uma rede de informação e apoio na utilização do *software educativo*.

O alcance e as consequências desse processo não estão, obviamente, predeterminados. Dependem de um conjunto de factores, alguns dos quais são intrínsecos ao SACAUSEF mas outros são-lhe alheios. Quem tem alguma familiaridade com o processo de introdução das TIC na educação, em Portugal, sabe quão contingentes são as intenções e os projectos nesta área onde a períodos de optimismo e empreendimento se sucedem outros de retrocesso e desalento. Onde a ausência de uma estratégia adequada, sustentada e, sobretudo, persistentemente continuada é um traço iniludível que muito tem contribuído para a destruição de iniciativas válidas e para algum desânimo de quantos teimam em acreditar que as TIC têm um importante papel a desempenhar no desenvolvimento da educação portuguesa.

Há, no entanto, que acreditar que o SACAUSEF responde a uma necessidade e tem algumas condições para se afirmar e sobreviver. Nesse sentido é com moderado optimismo que se perspectiva o futuro deste projecto e que se antevêem algumas etapas para a sua evolução.

Três objectivos parecem, neste momento, desejáveis para o futuro evoluir do SACAUSEF.

O primeiro, alargar o processo de avaliação e de certificação a "sítios virtuais" de natureza pedagógica que constituem uma realidade em crescimento com inegável importância na educação e na formação.

O segundo, contribuir para promover significativamente a utilização de "*software livre*" na educação/formação respondendo a uma necessidade que tem vantagens não apenas financeiras mas técnicas e educacionais.

O terceiro, estimular a utilização de ferramentas de *e-learning* e contribuir para a qualidade dos processos de educação a distância através da *Internet*.

O tempo esclarecerá o evoluir deste projecto. Mas como o futuro se constrói, mais do que se adivinha, é com fundado optimismo que se perspectiva o SACAUSEF na convicção de que quantos mais directamente nele se empenham podem contar com o apoio da vasta comunidade educativa que aposta na utilização das TIC como um relevante factor para a inovação educativa indispensável ao desenvolvimento nacional.

Lisboa, Janeiro de 2005

Vasco Graça
Graça Aníbal
Alexandra Pinheiro